

UNIDADE VERSUS DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NA GUINÉ-BISSAU

Hildo Honório do Couto
Universidade de Brasília

O advento dos colonizadores europeus à África fez surgir um sério problema lingüístico. Agora cabe aos africanos tentar resolvê-lo. Logo após as primeiras incursões das caravelas portuguesas ao longo da costa ocidental africana, outras nações se lançaram na conquista desse continente: França, Inglaterra, Holanda e até Espanha. Assim, começou também a briga entre os próprios colonizadores uma vez que cada um queria ficar com uma fatia maior do bolo africano.

Para dirimir dúvidas e determinar que partes do território africano ficaria com quem, Bismarck convocou a famosa Conferência de Berlim (1884-1885), em que 14 potências colonialistas (já incluídos os Estados Unidos) dividiram a África entre si. A maior ironia é que não havia nenhum africano presente à Conferência.

A conseqüência dessas invasões européias e da divisão da África à revelia do domínio das etnias locais foi o surgimento de países com fronteiras artificialmente delimitadas. No caso específico da Guiné-Bissau houve mais uma conveção entre Portugal e França(1886), pela qual a Casamansa — o "filet mignon" de toda a região — passou para o domínio francês, integrando hoje o território senegalês. Isso aconteceu devido à miopia da administração portuguesa da época, como se vê nos escritos mal humorados de Honório Pereira Barreto, um negro que se sentia português(BARRETO 1843, ESTEVES 1988, WALTER 1947).

Praticamente todos os países africanos de hoje são multi-étnicos e multilíngües, embora grande parte dos europeus também o sejam. E o que é pior, o domínio da maioria das etnias vai além das fronteiras de cada país. É o caso dos mandingas, dos fulas, dos felupes, etc.

Como conseqüência dos movimentos de libertação da década de 60, é declarada a independência da Guiné-Bissau em 24 de setembro de 1973 — só reconhecida em 10 de setembro de 1974 por Portugal. Só que passada a euforia da libertação os revolucionários constataram que herdaram um pesado fardo, um grande problema. Como disse um dos mais proeminentes intelectuais guineenses, "só as estruturas do Estado colonial poderiam permitir o funcionamento do aparelho a curto prazo"(LOPES 1987:110). Enfim, "o Estado, na sua definição actual, é antes de mais um aparelho tributário da lógica colonial"(LOPES 1987:111).

Do ponto de vista lingüístico, o país se viu, e se vê, confrontado com uma série de dilemas ou contradições. A primeira contradição é *crioulo X*

línguas étnicas. Adota-se o crioulo como língua nacional ou uma língua étnica? No último caso, qual delas? Os falantes das outras não o aceitariam. Além do mais, há uma série de conceitos do mundo consumista moderno que elas não têm recursos para expressar, como reconheceu Amílcar Cabral ainda no calor da batalha (cf. CABRAL 1990). O fato é que nas cidades se fala predominantemente crioulo e nas zonas rurais predominantemente as línguas étnicas, embora se possa afirmar que hoje não existe praticamente nenhum guineense que não tenha pelo menos um domínio passivo do crioulo. Essa contradição — que em termos dialéticos não chega a ser antagônica — reclama uma solução, seja ela qual for: monolingüismo, bilingüismo ou multilingüismo.

A segunda contradição é *português X crioulo*. Apesar de o crioulo ser a língua do dia-a-dia da maioria da população urbana, todos os textos escritos estão em português, toda a história do país está escrita em português. A alfabetização e o aprendizado escolar posterior se dão basicamente nessa língua, apesar de apenas 0,03% da população a falarem segundo as estatísticas de 1979, como língua materna. Mesmo assim, tratava-se de europeus e de seus descendentes. Também essa antítese reclama uma síntese dos guineenses. Em geral, o movimento tem sido no sentido de uma descrioulização, uma aproximação cada vez maior do crioulo ao português. "Portugal continua a ser a referência, apesar do conhecido atraso em vários domínios deste país"(LOPES 1987:120).

A terceira contradição que eu vejo é *identidade X progresso*. Se a Guiné-Bissau optar por uma das línguas étnicas (ou várias delas) ou pelo crioulo como língua nacional, do ensino, estará afirmando sua identidade. É o que defendem os lingüistas e o pedagogo brasileiro Paulo Freire (cf. FREIRE/FAUNDEZ 1985:124-135). Porém, estar com isso se isolando da sociedade de consumo, cuja tendência é para a internacionalização, é para a padronização lingüística mundial, como já salientou NIKOL'SKIJ(1971). Que solução deve ser dada a esse dilema? bilingüismo crioulo-português? monolingüismo crioulo? monolingüismo português? por outras palavras, a presença colonial só deixou problemas para os africanos em geral e para os guineenses em particular.

Pelo que eu tenho notado os guineenses não têm ficado de braços cruzados. Existe todo um movimento em busca da unidade. Desde as propostas iniciais do pai da nacionalidade guineense, Amílcar Cabral, até o pronunciamento do presidente da república, Niño Vieira, de 24 de setembro de 1990, "as relações étnicas vêm perdendo a sua predominância a favor das relações nacionais"(*Nô Pintcha* 29/9/90,p.6-7). Isso a nível da administração do país. A nível da intelectualidade também se discute a questão. Tanto que há uns três anos através se realizou em Bissau um colóquio sob o tema a *Construção da Nação em África*, em que se discutiu a procura de uma identidade nacional no que tange a Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e

São Tomé e Príncipe, ou seja, os países integrantes do PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). As atas, que têm o título supra, acabam de ser publicadas pelo INEP(1989).

É bem verdade que "construção da nação" não é o mesmo que "unidade lingüística". No entanto, elas têm muitas afinidades. Eu diria mesmo que a segunda é parte inalienável da primeira. Para demonstrar isso eu proponho os conceitos de *comunidade de língua* (CL) e *comunidade de fala* (CF), conhecidos, mas não sistematizados, desde pelo menos 1933 nos Estados Unidos(cf. BLOOMFIELD 1933:cap. 3). CL é um conceito mais ou menos intuitivo. Seu domínio coincide com o daquilo que em linguagem laica chamamos "língua". O domínio da CL islandesa se restringe à Islândia, mas o domínio da CL inglesa compreende Inglaterra, EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e uma série de outros países do mundo. É claro que em todos eles são faladas outras línguas também, mas isso não os exclui da CL inglesa, pois o inglês é falado majoritariamente em todos eles. A CL portuguesa compreende Portugal, Brasil e o PALOP.

Pelo fato de haver mais de uma língua se sobrepondo ou se adicionando no domínio de uma CL é que se faz necessário recorrermos ao conceito de CF. Esta é mais complexa do que CL. Com efeito, se existem casos ideais de CF que coincidem com CL, como o da Islândia, o mais comum é haver discrepância entre elas. A suíça é uma CF com quatro línguas, a Jugoslávia uma CF com três línguas majoritárias e várias línguas minoritárias e assim por diante.

Como se vê, o conceito de comunidade de fala tem a ver com uma vontade política de construir uma nação (cf. HAZAEL-MASSIEUX 1978). Na Guiné-Bissau, com suas fronteiras artificialmente delimitadas pelos colonialistas, convivem acima de 16 línguas. No entanto, ela pode ser considerada uma CF porque, como vimos, existe o desejo de construir uma nação, de se forjar uma unidade, às vezes até mesmo em detrimento da identidade étnica, como deixou claro o atual presidente do país.

Há um outro fator que nos autoriza considerar a Guiné-Bissau uma CF, esta vez de ordem lingüística, ou melhor, comunicacional. Como conseqüência da vontade política mencionada, os guineenses interagem entre si muito mais do que os mandingas residentes nesse país e os da Gâmbia entre si. Tanto na Guiné-Bissau quanto na Casamansa se fala crioulo. No entanto, o fato político que a separou da Guiné-Bissau fez com que os casamansenses interagissem mais com os outros senegaleses do que com os guineenses. Por isso, Guiné-Bissau e Casamansa constituem a comunidade de fala crioula, embora aquela faça parte da CF guineense e esta integre a CF senegalesa. Em síntese, no conceito de CF estão incluídas as interações entre os indivíduos, o sistema de governo, o estado, o sistema jurídico, o sistema escolar, os meios de comunicação, o sistema viário, o monetário, etc.

Tudo que foi mencionado acima os guineenses compartilham mais entre si do que os casamansenses. Estes, por seu turno, os compartilham mais com os restantes senegaleses. Enfim, o que caracteriza uma CF não é só a língua. Ela pode ser multilíngüe. No entanto, não é só a unidade ou comunidade política que a enforma. Hong Kong pertence à comunidade Britânica, no entanto, é uma CF independente. Ou seja, é necessário que haja uma certa continuidade territorial também. Mas esta por si só não é suficiente. A ilha Hispaniola, nas Antilhas, é um território contínuo, não obstante comportar a CF haitiana e a dominicana.

No caso da Guiné-Bissau temos um princípio de unificação interacional. É bem provável que nenhum guineense tenha algum dia deixado de se comunicar com qualquer outro guineense por falta de uma língua comum. A convivência com falantes de diversas línguas em um mesmo espaço que se quer constituir como nação foi fazendo surgir uma competência comunicativa multilíngüe, mesmo que o conhecimento de determinada língua seja apenas passivo. Além do mais, temos o crioulo para aparar as arestas das diferenças. Os folklingüistas locais afirmam que o crioulo não é de ninguém, por oposição às línguas étnicas que sempre estão vinculadas a uma etnia bem definida. Eu diria, ao contrário, que o crioulo é a língua de todos os guineenses. Enfim, a Guiné-Bissau é uma CF complexa, mas é uma CF (cf. BAILEY 1973:65-67, NIKOL'SKIJ 1971:234-235).

De qualquer perspectiva que encaremos a complexidade lingüística guineense, o crioulo aparece como meditação. No caso dos falantes de línguas étnicas ele é a possibilidade de intercompreensão, se bem que algumas delas tenham exercido — e ainda exerçam — uma função de língua veicular em domínios bem definidos. No entanto, devido à força centrípeta das cidades, onde ele predomina arrasadoramente, é o crioulo que se sobressai nessa função. Pelo fato de ele ser uma língua à qual ninguém se opõe — "crioulo não é língua de ninguém", "crioulo é a língua de todo mundo" —, a adesão ao crioulo nunca é encarada como adoção de uma língua estrangeira.

Encarando a questão por outro lado, notamos que o crioulo medeia entre os que aprenderam uma língua étnica e os falantes de português. Em primeiro lugar, porque segundo notei, sempre é possível uma comunicação precária entre um monolíngüe em crioulo e um monolíngüe em português. Em segundo lugar, porque o crioulo tem sido encarado como uma ponte para se chegar ao português, desde Amílcar Cabral até a política lingüística atual (CABRAL 1990:61).

O ponto de vista de Paulo Freire e dos lingüistas em geral é de que se deveria não só usar o crioulo em todo o processo educacional mas também adotá-lo como língua oficial do país. No entanto, eu tenho notado que os países crioulófonos relutam muito em adotar o seu crioulo como língua oficial. Parece que hoje só no Haiti e nas ilhas Seychelles o crioulo foi adotado

como língua oficial, mas mesmo assim ao lado da língua dominante europeia (cf. CHAUDENSON 1989).

No que tange especificamente à alfabetização eu tinha a idéia apriorística de que era ideal, portanto sem problemas, o uso do crioulo. No entanto, após uma mesa-redonda a que assisti no INDE (Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação), verifiquei que há problemas. Com efeito, iniciar-se-ia a alfabetização em crioulo mas, depois, dir-se-ia à criança: "Agora vamos passar a escrever em outra língua, o português". Por outras palavras, haveria uma *ruptura*, uma *transição* de uma língua para outra, o que em geral não se dá sem traumas.

Mesmo que o ensino se mantivesse até o final do liceu em crioulo haveria problemas. Que grafia adotar? Os textos antigos eram transcritos na *escrita filo-portuguesa*, segundo a expressão do padre Dionisio Ferraro, que a usa na tradução dos textos bíblicos (cf. Ferraro, neste volume). Os missionários evangélicos usam a *escrita fonética* também na tradução de textos bíblicos (cf. ARTUR, neste volume). O mesmo faz a Editora Nimba, de Bissau, nas suas publicações em quadrinhos, nas colêneas de fábulas, etc. Ambas transcrições têm seus prós e seus contras. A fonética é mais científica, mais racional e até mais simples. Não obstante isso, a filo-portuguesa seria recomendável se o objetivo é fazer do crioulo uma ponte para se chegar ao português, como já adiantava Cabral e como reafirma Ferraro.

A alfabetização em línguas étnicas traria mais problemas ainda. Em geral as classes de alunos são heterogêneas, é difícil encontrarem-se professores que as falem, não há material didático. Mesmo que nenhum desses problemas existisse, haveria uma transição dupla. Primeiro uma transição para o crioulo, a língua de união nacional e que nenhum guineense encara como língua estrangeira. Depois outra transição para o português, objetivo final do aprendizado lingüístico. Uma transição direta para o português seria por demais brusca nas tabancas do interior.

Se se alfabetizasse a criança inteiramente em sua própria língua étnica ela ficaria privada do acesso ao meio urbano que, afinal, é o que dá as cartas. Ademais, ela já fala essa língua, não seria necessário ensinar-lha. A passagem, ou até o início em crioulo parece inevitável mesmo neste caso.

Em conclusão, verifica-se que qualquer solução que se der à diversidade lingüística guineense passará inevitavelmente pelo crioulo. Independentemente de se adotá-lo como língua oficial, de considerá-lo apenas como língua auxiliar — no ensino, por exemplo — ou como ponte para se chegar ao português, ele é a língua de unificação nacional. Em vez de ser "a língua que não é de ninguém", ele é a única língua de todos os guineenses — que eles até mesmo compartilham com os habitantes da Casamansa —. Com efeito, o português é uma língua estrangeira, a língua de Portugal, dos antigos opressores, embora hoje esse país tenha voltado a ser a referência principal para a Guiné-Bissau. As línguas étnicas, por seu turno, são múltiplas e

têm um domínio reduzido, portanto. Nenhum delas conseguiria a unanimidade nacional. A única que resta é o crioulo.

O crioulo foi um dos caminhos que a criatividade dos guineenses construiu para tentar resolver as contradições impostas pela presença do colonizador europeu. Por isso, ele é o elo de ligação tanto interior quanto exterior do país Guiné-Bissau. Interiormente, porque propicia a comunicação num contexto pluri-étnico; exteriormente, porque é uma ponte para a língua de comunicação com o mundo do consumismo internacional, o português. Assim sendo, não há motivos para se aceitar a pecha impingida pela ideologia colonialista de que "crioulo é português errado". Pelo contrário, ele é a resposta que os africanos deram ao colonizador. Talvez por isso mesmo até hoje os europeus não o compreendam e fiquem perplexos e intrigados diante de sua mera existência. Mais intrigados ainda ficam quando descobrem que os lingüistas não só não consideram o crioulo uma deformação, mas até vêem nele uma ótima fonte para se investigarem os mistérios da linguagem humana.

BIBLIOGRAFIA

- ARTUR, Isabel. A cada um na sua língua. Papia, neste volume.
- BARRETO, Honório Pereira. 1843. Memória. Lisboa: Typ. da Viúva Coelho & Coma. (Reproduzido em WALTER 1974).
- BLOOMFIELD, Leonard. 1933. Language. N.Yor: Halt, Rinehart & Winston.
- CABRAL, Amílcar. 1990. A questão da língua. Papia 1, 1.59-61.
- CHAUDENSON, Robert. 1989. Créole et Enseignement du Français. Paris: L'Harmattan.
- COUTO, H. H. do. 1990a. Política e planejamento lingüístico na Guiné-Bissau Papia 1, 1. 47-58.
- _____. 1990b. Le créole de Guinée-Bissau et ses relations avec le portugais et les langues nationales. Études Créoles XIII, 1.35-44.
- _____. a sair. O Crioulo da Guiné-Bissau. Visão Histórica, Situação Lingüística, Esboço Gramatical e Textos. Hamburgo: Helmut Buske Verlag.
- ESTEVES, Maria Luísa. 1988. A Questão do Casamansa e a Delimitação das Fronteiras da Guiné. Lisboa/Bissau: ICALP/INEP
- FERRARO, Pe. Dionisio. O crioulo nas comunidades cristãs da Guiné Bissau. Papia.
- FREIRE, Paulo & FAUNDEZ, Antonio. 1985. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BAYLEY, Charles-James N. 1973. Variation and Lingüistic Theory. Arlington: Center for Applied Lingüistics.

- HAZAEI-MASSIEUX, Guy.1978.Approche Sociolinguistique de la situation de diaglossie français-créole en Guadeloupe. Langue Française 37.106-118.
- LOPES,Carlos.1987. A Transição Histórica na Guiné-Bissau. Bissau: INEP
- NIKOL'SKIJ,L.B.1971. Prognose und Plaung sprachlicher Entwicklng. In:KJOLSETH,R.& SACK,F. (orgs). Zur Soziologie der Sprache. Sonderheft 15, Koelner Zif.f. Soz. und -Sozialpsychologie. Opladen: Westertherft Verlag, p. 229-237.
- WALTER,Jaime. 1974. Honório Pereira Barreto. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.